



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE
CAMPUS PAU DOS FERROS

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ LOCAL DE ENFRENTAMENTO À COVID-19 DO
CAMPUS PAU DOS FERROS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE**

Às treze horas e trinta minutos do dia três do mês de julho do ano de dois mil e vinte, realizada de forma remota, por web conferência, através do canal Comitê Local de Enfrentamento à COVID-19, da ferramenta Microsoft Teams, reuniu-se o Comitê Local de Enfrentamento à COVID-19 do campus Pau dos Ferros, designado através da portaria nº 153/2020 - DG/PF/RE/IFRN de treze de maio de dois mil e vinte, retificada pela portaria nº 187/2020 - DG/PF/RE/IFRN de dois de julho de dois mil e vinte. Também estiveram presentes o Diretor Geral do *campus*, Emanuel Neto Alves de Oliveira, o Diretor de Administração, Flávio Adriano Barreto Sampaio, e o Diretor Acadêmico, Radyfran Nascimento de França. A reunião foi aberta pelo presidente do comitê, Gabriel Pereira de Oliveira, que iniciou dando as boas vindas às representantes discentes recém nomeadas, Miriane Katiane Costa Macedo e Maria Olivia Batista Dantas. O primeiro ponto de pauta referiu-se à discussão acerca do levantamento de materiais para aquisição junto à DIAD. O Diretor de Administração do *campus*, Flávio Adriano Barreto Sampaio, informou que houve uma reunião entre as Diretorias de Administração dos diversos *campi* cujo objetivo fora definir parâmetros para realizar um único processo de compras em conjunto visando atender às demandas apresentadas pelo Comitê Central de Enfrentamento à COVID-19. Esclareceu que inicialmente deveria ser feito o levantamento de demandas por parte de cada *campus* para a compra de bens e consumíveis, bem como para a contratação dos serviços julgados necessários para a reestruturação do *campus* de modo a adaptar seus ambientes visando a diminuir as possibilidades de contágio. Este levantamento deverá ser informado por meio do preenchimento de uma planilha que foi encaminhada por e-mail para o presidente do comitê local. A compra de bens e consumíveis será concentrada na Reitoria, que avaliará a possibilidade de aquisição daqueles considerados mais urgentes por meio de dispensa de licitação, tendo em vista a declaração do estado de calamidade pública que autorizaria o processo. Os bens e consumíveis que puderem esperar para o ano de 2021 serão adquiridos via pregão. A contratação de serviços será realizada por cada um dos polos em que foram divididos os *campi*, sendo que o *campus* de Pau dos Ferros foi designado a integrar o polo em conjunto com os *campi* de Mossoró, Ipanguaçu e Apodi. Quanto a este ponto, expressou sua preocupação em relação à quantidade de modificações estruturais necessárias posto que, para atender às demandas sanitárias e de prevenção, seria preciso praticamente refazer muitos dos ambientes do *campus*, a um custo muito alto para um resultado prático muito pequeno. O prazo para a conclusão destes levantamentos e o preenchimento das respectivas planilhas vai até o dia dez de julho. Joyce Kelly da Silva Matias ressaltou o tamanho do desafio que o comitê teria pela frente tendo em vista a excepcionalidade da situação, sem que os membros do

comitê tenham parâmetros muito objetivos para a quantificação de tais materiais. Questionou o Diretor de Administração quanto a aspectos práticos para o correto preenchimento dos documentos, bem como quanto à disponibilidade de orçamento para tais aquisições e contratações. Adriano esclareceu ao comitê que o orçamento disponível seria o do próprio *campus*, não havendo qualquer verba extra. Gaudêncio Lopes de Castro chamou a atenção para a necessidade de capacitar da comunidade acadêmica para a correta utilização dos insumos a serem adquiridos e para os novos comportamentos a serem tomados por parte de todos. Leonardo Emmanuel Fernandes de Carvalho apontou a possibilidade de que tais comportamentos e adaptações estruturais possam vir a se estabelecer como uma nova cultura dentro da escola, tendo em vista a probabilidade crescente da ocorrência de novas pandemias no futuro. Francisco Carlos de Lucena pontuou que seria necessária uma maior discussão quanto às adaptações estruturais. Questionado pelo presidente do comitê se há algum encaminhamento para o retorno às aulas por parte de algum dos órgãos ou conselhos do instituto, o Diretor Geral do *Campus* Emanuel Neto Alves de Oliveira informou ao comitê que na última reunião do Colégio de Dirigentes houve a recomendação de que cada *campus* elaborasse um plano de retorno às aulas que fosse construído a partir dos comitês locais de enfrentamento à COVID-19, e que a decisão quanto ao modo como se daria tal retorno, se presencial, remoto ou misto, ficaria a cargo dos comitês locais, considerando as particularidades de cada cidade, tais como a quantidade de casos de COVID-19 confirmados, as condições de acessibilidade dos alunos à internet, a capacidade de cada *campus* de oferecer condições para o ensino presencial dentre outros fatores. Estes planos de retorno às aulas deverão ser encaminhados ao CONSUP, onde uma comissão realizaria um mapeamento da situação geral do instituto coordenado pelo COEN. O maior impasse desse encaminhamento seria a coexistência de vários calendários acadêmicos distintos, o que poderia fragilizar as ações sistêmicas do instituto. Informou que não fora informado ainda o prazo para apresentação deste plano de retomada ao CONSUP, mas que considera importante que a direção geral, a direção acadêmica, a direção de administração e a ETEP reúnam-se com o comitê para, em conjunto, discutir a construção deste plano. Ressaltou que há um questionamento por parte do Ministério Público acerca do porquê o IFRN não retomou as atividades de ensino. Ulysses Vieira da Silva Ferreira ressaltou que seria importante, também, haver a participação de servidores da Coordenação de Manutenção Geral e Serviços (COSGEM), dada a dificuldade de detalhar itens e serviços relacionados às adaptações estruturais do *campus*. Quanto ao modelo de retorno às aulas, sugeriu que as atividades fossem integralmente remotas e, para atender aos estudantes que não dispusessem de computadores e acesso à internet, o *campus* os recebesse presencialmente, não para que houvesse aulas presenciais, mas para que estes alunos também pudessem ter acesso às atividades remotas a partir da infraestrutura do *campus*. Pontuou que, neste sentido, seria importante estabelecer comunicação com as prefeituras municipais para que fosse disponibilizado o transporte escolar para atender a este público específico e, se fosse o caso, sensibilizar a prefeitura para buscar o diálogo entre os municípios vizinhos na tentativa de se estabelecer um rodízio na utilização dos transportes. Gabriel Pereira de Oliveira questionou o diretor geral acerca da viabilidade financeira do *campus* adquirir tablets, computadores ou outros dispositivos para os alunos que não dispusessem de tais equipamentos. Emanuel esclareceu que o *campus* não dispõe de recursos para a aquisição de material permanente, e que estes recursos são concentrados na reitoria do instituto. Pontuou que, inclusive, a reitoria havia empenhado um recurso da ordem de mais de 200 mil reais da reserva técnica do instituto para a aquisição de vinte computadores a serem disponibilizados à equipe gestora da reitoria, e que via nisso um desperdício posto que as atividades normalmente desenvolvidas por

pró-reitores não demandariam um equipamento tão caro. Que, por ser um recurso proveniente de uma reserva técnica, poderia ser utilizado em situações excepcionais, como a de calamidade atual. Ademais, chamou a atenção para o fato de que mesmo adquirindo computadores para os estudantes que não os tivessem, ainda haveria a exclusão de uma parcela do alunado, posto que há estudantes que residem em áreas que não possuem sequer sinal de rede telefônica. Joyce Kelly da Silva Matias, retomando a discussão acerca das aquisições de bens e serviços, expressou sua preocupação com o fato de que as descrições dos itens da planilha disponibilizada pela PROAD é por demais vaga, não especificando os detalhes necessários para sua correta especificação, além de ressaltar a importância de haver alguém da COSGEM para auxiliar o comitê na definição dos quantitativos a serem requisitados. Questionou, também, a respeito da aquisição dos equipamentos de proteção individual necessários para utilização dos servidores terceirizados uma vez que, em tese, o fornecimento dos equipamentos e materiais necessários seriam de responsabilidade contratual da empresa fornecedora de serviço, mas que a excepcionalidade da situação demandaria novos equipamentos mais específicos. O diretor de administração esclareceu que seria sim necessário pensar em um quantitativo que atendesse aos servidores terceirizados, posto que o contrato firmado com a empresa previa a manutenção e limpeza do *campus* em uma situação de normalidade, não prevendo uma situação como a atual. Informou, ainda, que se a instituição precisasse retornar suas atividades de forma presencial, o pessoal hoje disponível não seria o suficiente para dar conta das novas necessidades de limpeza e higienização que hoje se fazem imperativas, e que o comitê poderia avaliar a necessidade de contratação de novos servidores terceirizados no levantamento solicitado. Informou que o *campus* Nova Cruz disponibilizou para todos os *campi* o fornecimento de saneantes por eles fabricados, sendo necessário informar a demanda do *campus*. Joyce questionou, ainda, a respeito da possibilidade de se adquirir materiais que o comitê entenda necessários, mas que não estão elencados na planilha, ao que Adriano respondeu que o comitê elaborasse uma nova planilha com o descritivo destes materiais e encaminhasse ao comitê central e que seria sim possível inserir no plano de contratação e aquisição. Na sequência, Joyce chamou a atenção para o fato de que o preenchimento desta planilha é uma atividade bastante complexa, que tomaria muito tempo, e que precisaria ser realizada em conjunto por todo o comitê. Sugeriu que fosse agendada uma nova reunião cuja pauta fosse dedicada exclusivamente a esta atividade, e que essa reunião fosse marcada para uma data anterior ao início das férias docentes. Em deliberação, o comitê concordou em agendar uma nova reunião para a segunda-feira, seis de julho, a partir das 9h, de modo a ter um material mais concreto a ser apresentado à reunião do colégio gestor do *campus*, para a qual o comitê foi convidado a participar na terça-feira, dia sete de julho. Dando continuidade, Gabriel Pereira de Oliveira apresentou um relato da reunião do comitê central, ocorrida na última terça-feira, dia trinta de junho. Informou que, inicialmente, o comitê central debateu a respeito do questionário anteriormente disponibilizado, enfatizando que o número de respondentes ainda era baixo. Foi solicitado que os setores de comunicação de cada *campus* enfatizassem o chamado para que a comunidade acadêmica o responda. Esclareceu que cada *campus* precisaria elaborar um plano de retomada às atividades, considerando as particularidades de cada um. Informou, também, que será montado um comitê específico para discutir as questões relacionadas ao ensino, e que o diretor acadêmico do *campus*, Radyfran Nascimento de França, será nosso representante. O comitê central deliberou por indicar um membro para estreitar o contato com cada um dos comitês locais, e que o nosso comitê será assistido por Odisseia Carla Pires Gaspareto. Gabriel apresentou a estrutura básica para elaboração do plano local de contingência definido pelo comitê central que o *campus* deverá seguir. A data para a

apresentação deste plano de contingência local foi definida para o dia dezesseis de julho. Deliberou-se que cada subcomitê deveria elaborar a sua parte com base no plano de contingência do comitê central até a reunião da sexta-feira, dez de julho, quando seria concluído o plano de contingência local. Dando continuidade à reunião, Yokki Ywky Dantas de Oliveira retomou a discussão iniciada na semana anterior sobre a elaboração do protocolo para a reabertura controlada dos espaços para a realização de atividades físicas do *campus*. Iniciou apresentando os resultados de uma pesquisa aplicada entre os servidores do *campus* a respeito da rotina de exercícios durante o isolamento social, que serviu de subsídio à Comissão de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho para a elaboração do referido protocolo. Em sequência, apresentou o documento elaborado pela comissão, detalhando as atividades a serem oferecidas, as medidas de higiene necessárias, de que maneira estas atividades seriam realizadas. Esclareceu que o plano fora apresentado aos diretores do *campus*, que tomariam a decisão a respeito da reabertura ou não dos espaços citados. Por fim, nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às quinze horas e vinte minutos, do que, para constar, eu Jalon Barbosa de Medeiros, na qualidade de membro secretário do comitê, lavrei a presente ata.